

PROPOSTA

Aquisição e Manutenção de Veículos Automóveis Pesados e Equipamentos.
Financiamento por Locação Financeira.

Considerando que:

- a) A Câmara Municipal do Porto e a Assembleia Municipal do Porto aprovaram, em 19 de julho de 2016 e em 21 de julho de 2016, respetivamente, a constituição de uma empresa municipal, sob a firma “EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.” (doravante Porto Ambiente), que tem como objeto social o exercício, no Concelho do Porto, por delegação do Município do Porto, das atividades de *(i.)* gestão do sistema de recolha de resíduos urbanos e *(ii.)* limpeza do espaço público;
- b) Para efeitos do considerando anterior e em cumprimento do previsto no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação, mormente nos seus artigos 2.º, n.º 1, alínea c), 7.º, n.º 1, alínea c), 17.º, e 20.º, o Município do Porto celebrou com a Porto Ambiente, a 5 de julho de 2017, um Contrato de Gestão Delegada;
- c) O Contrato de Gestão Delegada atribui competências à Porto Ambiente para, entre outras e em geral, explorar e gerir o sistema municipal de gestão de resíduos urbanos e limpeza do espaço público, de forma integrada e adequada de modo a oferecer o melhor serviço ao menor custo, bem como, em especial, assegurar a gestão, construção e/ou aquisição das infraestruturas e dos equipamentos necessários à exploração do sistema;
- d) No seguimento da passagem da operação de gestão de resíduos urbanos para a Porto Ambiente e da consequente internalização de meios materiais e humanos de apoio, se constatou que a atual frota de viaturas pesadas se encontra degradada e não é suficiente para assegurar o acompanhamento

eficaz da atividade, causando perturbações e impedimentos à eficiente e cabal prestação deste serviço público e prejudicando o desempenho das tarefas imprescindíveis aos níveis de serviço expectáveis no âmbito da operação;

- e) Com vista a efetivar a necessária renovação da frota afeta à prestação do serviço público de gestão de resíduos urbanos no Concelho do Porto, a Porto Ambiente desencadeou um procedimento de contratação pública tendo por objeto o aluguer operacional de novas viaturas e equipamentos, procedimento este que, contudo, foi declarado extinto e foi revogado na sequência da exclusão de todas as propostas então apresentadas, por excederem largamente o preço base, em cerca de 65%;
- f) Neste seguimento, decidiu a Porto Ambiente apostar na estratégia da aquisição e financiamento dos mesmos bens através de um procedimento conexo tendente à celebração do respetivo contrato de locação financeira, bem como da sua manutenção, após concluir que esta se afigurava uma opção técnica e financeiramente viável e sustentável, permitindo atingir os mesmos níveis de serviço que seriam alcançados através do aluguer operacional;
- g) A alteração estratégica relativa à aquisição e manutenção de veículos automóveis pesados e equipamentos com recurso a locação financeira foi oportuna e detalhadamente apresentada ao acionista único Câmara Municipal do Porto, contemplando não apenas o objeto dos procedimentos de contratação como as suas condições de prazo e de preço;
- h) A referida alteração estratégica foi igualmente consignada nos Instrumentos de Gestão Previsional da Porto Ambiente para o período de 2019 a 2022, tendo estes sido aprovados pelos órgãos próprios para que a autorização da realização da despesa seja manifestada no contexto jurídico-societário específico da atuação das empresas locais, isto é, pelo Conselho de Administração da Porto Ambiente e pela Assembleia Geral, por deliberações de 8 e de 19 de agosto de 2019, respetivamente;
- i) A aquisição e manutenção dos veículos automóveis pesados e equipamentos foram formalizadas por contratos celebrados nos passados dias 23 de

outubro de 2019 – quanto ao Lote 3, celebrado com a SOMA – Environmental Solutions, Lda. – e 30 de outubro de 2019 – quanto aos Lotes 1, 2, 4 e 6, celebrado com a IVECO Portugal – Comércio de Veículos Industriais, S.A., e, quanto ao Lote 5, celebrado com a Weservambiente – Técnicas do Ambiente, Lda.;

- j) O contrato de locação financeira da aquisição dos veículos automóveis pesados e equipamentos foi, por seu turno, celebrado no passado dia 11 de dezembro de 2019, com a Caixa Leasing e Factoring – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.;
- k) Os contratos de aquisição e manutenção de veículos automóveis pesados e equipamentos e de locação financeira foram submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos legalmente previstos;
- l) No âmbito dos referidos processos de fiscalização prévia, o Tribunal de Contas, por despachos com data de 6 de março último, veio solicitar evidência de “que o Município do Porto, enquanto titular da função acionista, autorizou, nos seus órgãos próprios, a despesa plurianual para todos os anos económicos assumida pela Porto Ambiente com os presentes contratos”, considerando que “tal lacuna não é suprável com a presença e votação, nos órgãos próprios da empresa participada do representante do acionista”;
- m) O artigo 25.º, n.º 5, alínea b), do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, aplicável *ex vi* do artigo 4.º do mesmo diploma e do artigo 21.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, determina que carece sempre da autorização prévia do titular da função acionista a celebração de todo e qualquer ato ou negócio jurídico do qual resultem para a empresa local responsabilidades financeiras efetivas ou contingentes que ultrapassem o orçamento anual, ou que não decorram do plano de investimentos aprovado pelo titular da função acionista;
- n) Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, cabe à Assembleia Municipal a autorização relativa à assunção

de compromissos plurianuais pelas entidades da administração local, categoria na qual se integram as empresas locais.

Nesta conformidade e com os fundamentos *supra* enunciados,

PROPÕE-SE:

A aprovação e subordinação à decisão da Assembleia Municipal do Porto, nos termos e para os efeitos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, de compromissos plurianuais a seguir identificados, nos termos indicados na alínea b), do artigo 3.º do apontado diploma legal:

Descrição	Valor						
Objeto do Contrato	2020	2021	2022	2023	2024	2025	total s/ lva
Aquisição e Manutenção de Veículos Automóveis Pesados e Equipamentos – Lotes 1, 2, 4 e 6	43 880,00	131 640,00	131 640,00	131 640,00	131 640,00	87 760,00	658 200,00
Aquisição e Manutenção de Veículos Automóveis Pesados e Equipamentos – Lote 3	6 200,00	18 600,00	18 600,00	18 600,00	18 600,00	12 400,00	93 000,00
Aquisição e Manutenção de Veículos Automóveis Pesados e Equipamentos – Lote 5	6 100,08	18 300,24	18 300,24	18 300,24	18 300,24	12 200,15	91 501,19

Descrição	Valor						
Objeto do Contrato	2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2029	total s/ lva
Financiamento por Locação Financeira (Leasing) da Aquisição de Veículos Automóveis Pesados e Equipamentos”, relativamente aos Lotes 1, 2, 3, 4, 5 e 6	50 241,38	607 817,57	616 997,78	626 316,64	626 316,64	2 593 414,99	5 121 105,00
Locação Financeira - Juros e encargos	1 979,10	22 227,79	19 389,55	16 508,47	16 178,30	21 601,42	97 884,63
	52 220,48	630 045,36	636 387,33	642 825,11	642 494,94	2 615 016,41	5 218 989,63

Porto, Paços do Concelho, em 23 de março de 2020.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto

Vereador do Pelouro da Inovação e Ambiente,

Assinado digitalmente por FILIPE
MANUEL VENTURA CAMÕES DE
ALMEIDA ARAÚJO
Data: 2020.03.23 17:52:06 +00:00

(Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo)

PROPOSTA

Aquisição e Manutenção de Veículos Automóveis Pesados e Equipamentos. Financiamento por Locação Financeira.

Considerando que:

- a) A Câmara Municipal do Porto e a Assembleia Municipal do Porto aprovaram, em 19 de julho de 2016 e em 21 de julho de 2016, respetivamente, a constituição de uma empresa municipal, sob a firma “EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.” (doravante Porto Ambiente), que tem como objeto social o exercício, no Concelho do Porto, por delegação do Município do Porto, das atividades de *(i.)* gestão do sistema de recolha de resíduos urbanos e *(ii.)* limpeza do espaço público;
- b) Para efeitos do considerando anterior e em cumprimento do previsto no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação, mormente nos seus artigos 2.º, n.º 1, alínea c), 7.º, n.º 1, alínea c), 17.º, e 20.º, o Município do Porto celebrou com a Porto Ambiente, a 5 de julho de 2017, um Contrato de Gestão Delegada;
- c) O Contrato de Gestão Delegada atribui competências à Porto Ambiente para, entre outras e em geral, explorar e gerir o sistema municipal de gestão de resíduos urbanos e limpeza do espaço público, de forma integrada e adequada de modo a oferecer o melhor serviço ao menor custo, bem como, em especial, assegurar a gestão, construção e/ou aquisição das infraestruturas e dos equipamentos necessários à exploração do sistema;
- d) No seguimento da passagem da operação de gestão de resíduos urbanos para a Porto Ambiente e da consequente internalização de meios materiais e humanos de apoio, se constatou que a atual frota de viaturas pesadas se encontra degradada e não é suficiente para assegurar o acompanhamento eficaz da atividade, causando perturbações e impedimentos à eficiente e cabal prestação deste serviço público e

prejudicando o desempenho das tarefas imprescindíveis aos níveis de serviço expectáveis no âmbito da operação;

- e) Com vista a efetivar a necessária renovação da frota afeta à prestação do serviço público de gestão de resíduos urbanos no Concelho do Porto, a Porto Ambiente desencadeou um procedimento de contratação pública tendo por objeto o aluguer operacional de novas viaturas e equipamentos, procedimento este que, contudo, foi declarado extinto e foi revogado na sequência da exclusão de todas as propostas então apresentadas, por excederem largamente o preço base, em cerca de 65%;
- f) Neste seguimento, decidiu a Porto Ambiente apostar na estratégia da aquisição e financiamento dos mesmos bens através de um procedimento conexo tendente à celebração do respetivo contrato de locação financeira, bem como da sua manutenção, após concluir que esta se afigurava uma opção técnica e financeiramente viável e sustentável, permitindo atingir os mesmos níveis de serviço que seriam alcançados através do aluguer operacional;
- g) A alteração estratégica relativa à aquisição e manutenção de veículos automóveis pesados e equipamentos com recurso a locação financeira foi oportuna e detalhadamente apresentada ao acionista único Câmara Municipal do Porto, contemplando não apenas o objeto dos procedimentos de contratação como as suas condições de prazo e de preço;
- h) A referida alteração estratégica foi igualmente consignada nos Instrumentos de Gestão Previsional da Porto Ambiente para o período de 2019 a 2022, tendo estes sido aprovados pelos órgãos próprios para que a autorização da realização da despesa seja manifestada no contexto jurídico-societário específico da atuação das empresas locais, isto é, pelo Conselho de Administração da Porto Ambiente e pela Assembleia Geral, por deliberações de 8 e de 19 de agosto de 2019, respetivamente;
- i) A aquisição e manutenção dos veículos automóveis pesados e equipamentos foram formalizadas por contratos celebrados nos passados dias 23 de outubro de 2019 – quanto ao Lote 3, celebrado com a SOMA – Environmental Solutions, Lda. – e 30 de outubro de 2019 – quanto aos Lotes 1, 2, 4 e 6, celebrado com a IVECO Portugal – Comércio de Veículos Industriais, S.A., e, quanto ao Lote 5, celebrado com a Weservambiente – Técnicas do Ambiente, Lda.;

- j) O contrato de locação financeira da aquisição dos veículos automóveis pesados e equipamentos foi, por seu turno, celebrado no passado dia 11 de dezembro de 2019, com a Caixa Leasing e Factoring – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.;
- k) Os contratos de aquisição e manutenção de veículos automóveis pesados e equipamentos e de locação financeira foram submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos legalmente previstos;
- l) No âmbito dos referidos processos de fiscalização prévia, o Tribunal de Contas, por despachos com data de 6 de março último, veio solicitar evidência de “que o Município do Porto, enquanto titular da função acionista, autorizou, nos seus órgãos próprios, a despesa plurianual para todos os anos económicos assumida pela Porto Ambiente com os presentes contratos”, considerando que “tal lacuna não é suprível com a presença e votação, nos órgãos próprios da empresa participada do representante do acionista”;
- m) O artigo 25.º, n.º 5, alínea b), do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, aplicável *ex vi* do artigo 4.º do mesmo diploma e do artigo 21.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, determina que carece sempre da autorização prévia do titular da função acionista a celebração de todo e qualquer ato ou negócio jurídico do qual resultem para a empresa local responsabilidades financeiras efetivas ou contingentes que ultrapassem o orçamento anual, ou que não decorram do plano de investimentos aprovado pelo titular da função acionista;
- n) Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, cabe à Assembleia Municipal a autorização relativa à assunção de compromissos plurianuais pelas entidades da administração local, categoria na qual se integram as empresas locais.

Nesta conformidade e com os fundamentos *supra* enunciados,

PROPÕE-SE:

A aprovação e subordinação à decisão da Assembleia Municipal do Porto, nos termos e para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, de compromissos plurianuais a seguir identificados, nos termos indicados na alínea b), do artigo 3.º do apontado diploma legal:

Descrição	Valor						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	total s/ Iva
Aquisição e Manutenção de Veículos Automóveis Pesados e Equipamentos – Lotes 1, 2, 4 e 6	43 880,00	131 640,00	131 640,00	131 640,00	131 640,00	87 760,00	658 200,00
Aquisição e Manutenção de Veículos Automóveis Pesados e Equipamentos – Lote 3	6 200,00	18 600,00	18 600,00	18 600,00	18 600,00	12 400,00	93 000,00
Aquisição e Manutenção de Veículos Automóveis Pesados e Equipamentos – Lote 5	6 100,08	18 300,24	18 300,24	18 300,24	18 300,24	12 200,15	91 501,19

Descrição	Valor						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2029	total s/ Iva
Financiamento por Locação Financeira (Leasing) da Aquisição de Veículos Automóveis Pesados e Equipamentos”, relativamente aos Lotes 1, 2, 3, 4, 5 e 6	50 241,38	607 817,57	616 997,78	626 316,64	626 316,64	2 593 414,99	5 121 105,00
Locação Financeira - Juros e encargos	1 979,10	22 227,79	19 389,55	16 508,47	16 178,30	21 601,42	97 884,63
	52 220,48	630 045,36	636 387,33	642 825,11	642 494,94	2 615 016,41	5 218 989,63

Porto, Paços do Concelho, em 23 de março de 2020.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto

Vereador do Pelouro da Inovação e Ambiente,

(Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo)



CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

**Assunto: Aquisição e Manutenção de Veículos Automóveis Pesados e Equipamentos. Financiamento por Locação Financeira.
NUD/119172/2020/CMP**

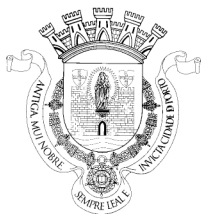
Deliberação: Aprovada, por maioria, com 2 abstenções do Senhor Vereador do PSD e da Senhora Vereadora da CDU e com 4 votos contra dos Senhores Vereadores do PS.

Reunião Privada do Executivo Municipal de 23 de março de 2020.

O Diretor Municipal da Presidência



Adolfo Sousa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Deliberação sobre a Aquisição e Manutenção de Veículos Automóveis Pesados e Equipamentos. Financiamento por Locação Financeira.

NUD/119172/2020/CMP

Deliberação: Aprovada, com 21 votos a favor (RM), 10 abstenções (6 PSD + 3 CDU + 1 PAN) e 15 votos contra (12 PS + 3 BE).

Sessão Extraordinária de 9 de abril de 2020.

O Presidente



Miguel Pereira Leite

A 1.ª Secretária



Paula Ribeiro de Faria

O 2.º Secretário



José Serôdio



ANEXO

Processos n.ºs 12,14 e 15/2020

Em cumprimento do despacho proferido em *s.d.v.* de 06.03.2020, devolve-se os presentes contratos à entidade adjudicante, nos seguintes termos:

- Considerando que às empresas locais se aplica o disposto no artigo 25.º, n.º al. b) do Decreto Lei n.º 133/2013, por força do disposto no artigo 4.º desse mesmo diploma e do artigo 21.º da Lei n.º 50/2012.
- Considerando que não foi feita prova nos processos que o Município do Porto, enquanto titular da função acionista, autorizou, nos seus órgãos próprios, a despesa plurianual para todos os anos económicos assumida pela Porto Ambiente com os presentes contratos encargos plurianuais, nos termos das disposições legais supra referenciadas.
- Considerando ainda que tal lacuna não é suprável com a presença e votação, nos órgãos próprios da empresa participada do representante do acionista.
- Considerando que a inobservância das normas legais relativas à regularidade financeira da despesa é suscetível de fundamentar a recusa de visto, nos termos do artigo 44.º, n.ºs 1 e 3 da LOPTC.
- Demonstre, documentalmente que a despesa plurianual dos presentes contratos se encontra legalmente autorizada.



Processo n.º 37/2020

Em sessão diária de visto de 06 de março de 2020 foi decidido devolver o contrato de locação financeira em apreço para efeito dos esclarecimentos seguintes:

- Considerando que às empresas locais se aplica o disposto no artigo 25.º, n.º al. b) do Decreto Lei n.º 133/2013, por força do disposto no artigo 4.º desse mesmo diploma e do artigo 21.º da Lei n.º 50/2012;
- Considerando que não foi feita prova nos processos que o Município do Porto, enquanto titular da função acionista, autorizou, nos seus órgãos próprios, a despesa plurianual para todos os anos económicos assumida pela Porto Ambiente com os presentes contratos;
- Considerando ainda que tal lacuna não é suprível com a presença e votação, nos órgãos próprios da empresa participada, do representante do acionista;
- Considerando que a inobservância das normas legais relativas à regularidade financeira da despesa é suscetível de fundamentar a recusa de visto, nos termos do artigo 44.º, n.ºs 1 e 3 da LOPTC;

Demonstre, documentalmente que a despesa plurianual dos presentes contratos se encontra legalmente autorizada